

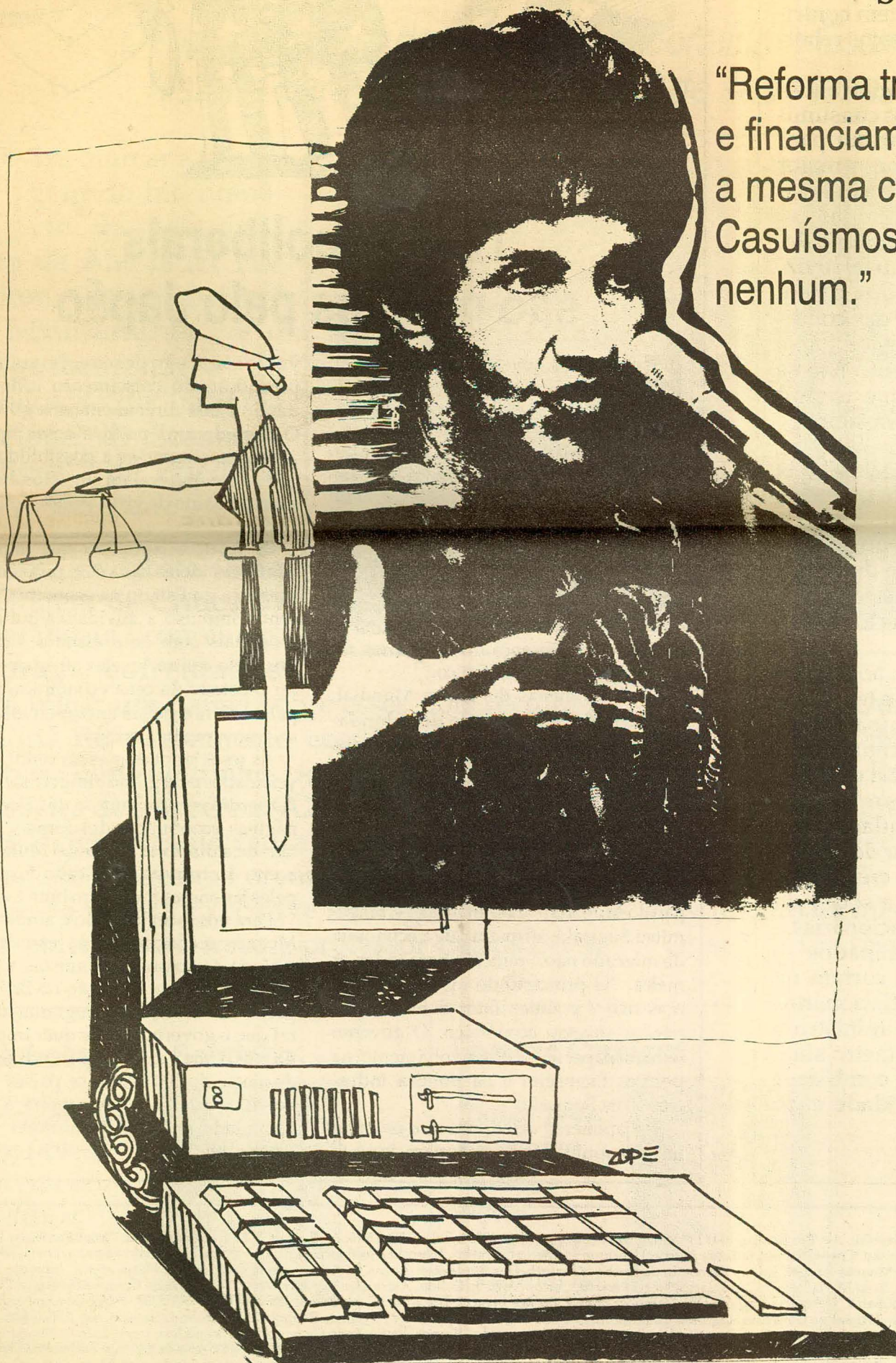
INFORME CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia • 1ª Região do Rio de Janeiro • Nº 36 • Abril • 1992

ENTREVISTA

SULAMIS DAIN

“Reforma tributária, ajuste fiscal e financiamento público não são a mesma coisa. Casuísmos não levam a lugar nenhum.”



Editorial comenta a boa notícia sobre recuperação das rodovias

Página 2

Desde os anos 70, teses liberais dominam o discurso oficial e elites

Páginas 3, 4 e 5

Debate sobre reforma bancária: discussão deve ganhar as ruas

Página 12

Em nome de uma política de ajuste fiscal de prioridade absoluta para as dívidas externa e pública, há muitos anos o setor rodoviário vem sendo suborçamentado em sua manutenção. Ou seja, não se gasta anualmente o necessário para manter as boas condições de tráfego nas rodovias.

Essa baixa prioridade para a manutenção rodoviária agrava uma tendência perversa, de elevação contínua dos fretes reais. É sabido que a modalidade no país — predominância dos transportes de cargas por rodovias — tem contribuído para elevar pesadamente os preços relativos dos alimentos.

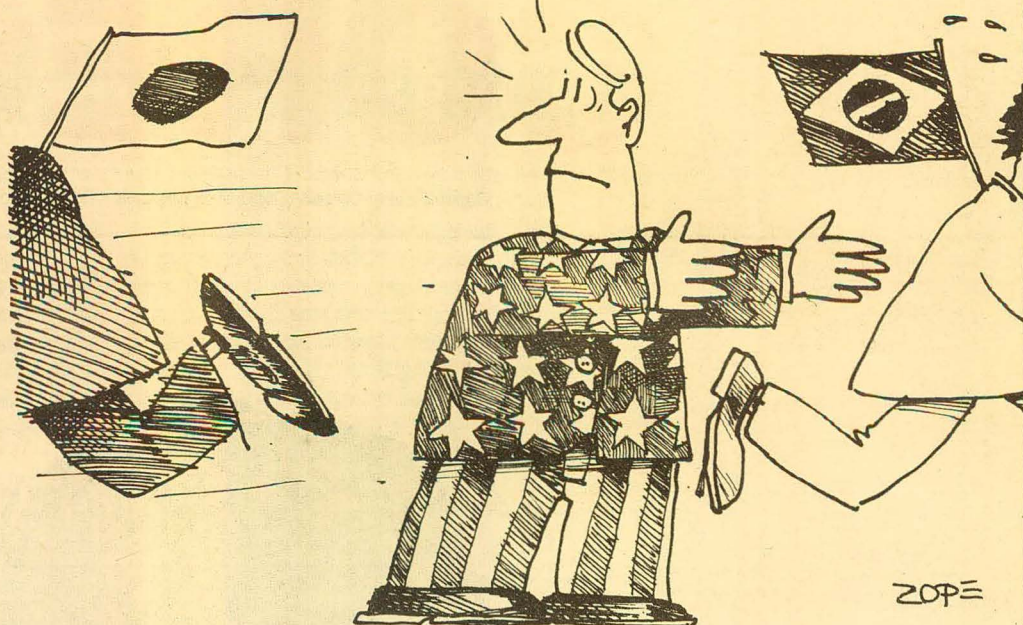
A produção alimentícia caminha para fronteiras cada vez mais distantes dos centros consumidores, e o frete real ascendente contribui para encarecer as mercadorias, com um peso maior sobre os alimentos, o que se choca contra a elevação do salário real de base.

Na verdade, se estivessemos discutindo o desenvolvimento brasileiro, a construção ferroviária e hidroviária de longa distância seria o item de maior prioridade para a melhoria das condições de vida da população. Infelizmente, não é essa ainda a nossa discussão. Enquanto não se alcança o ideal, louve-se atitudes que tentam melhorar o cenário dos transportes brasileiros.

No final de abril, ao anunciar o início da recuperação de 2,5 mil quilômetros esburacados dos 15 mil quilômetros de rodovias federais em péssimo estado de conservação, o ministro dos Transportes, Affonso Camargo, em entrevista à rede Globo, teve a coragem cívica de dizer que aumentar o gasto público para consertar estradas, "mesmo sem suporte orçamentário, é anti-inflacionário".

Corretamente, o ministro disse que, ao reduzir o consumo de combustível, encurtar o tempo de viagem, prolongar a vida útil dos equipamentos móveis, gastos fiscais desse tipo contribuem a curto prazo para reverter a tendência de encarecimento dos alimentos. Esses efeitos relacionados representam uma política antiinflacionária consistente, ao contrário do processo de atrofia fiscal que, ao reduzir os estímulos ao crescimento e desarticular a base produtiva e social da economia, introduzem pressões inflacionárias.

Política de cortes fiscais indiscriminados — que, ao invés de eliminar gordura, cortam na carne e no osso a economia — são inflacionárias e suicidas. Por isso, a promessa do ministro é bem-vinda e pode significar um primeiro sinal de que se começa a olhar para o combate à inflação mudando a ótica da prioridade e do ajuste fiscal.



Teses neoliberais são revistas pelo Japão

Enquanto o governo brasileiro vai a reboque dos programas de ajuste ditados pelo FMI, centrados nas teses de abertura de mercados e afastamento do Estado da atividade econômica alardeadas pelos Estados Unidos, o Japão, paradigma de modernidade citado como exemplo de país que deu certo pelas vozes oficiais, usa sua influência nos organismos financeiros multilaterais, como o próprio FMI e o Banco Mundial — nos quais suas contribuições têm enorme peso —, para levá-los a estudar a utilidade da presença dos governos no desenvolvimento econômico.

Os economistas do Banco Mundial, por exemplo, por sugestão de autoridades japonesas, vão estudar a situação dos países do Leste asiático, mensurando a importância da presença do Estado no crescimento econômico daquela região.

As teses preconizadas pelos japoneses, em especial pelo vice-diretor-geral do Escritório de Finanças Internacionais — órgão do Ministério das Finanças —, Shigemitsu Sugisaki, afirmam que a economia de mercado não é remédio para todos os males. "O princípio do mercado é útil, mas não é o único fator determinante para o sucesso econômico. O governo tem um papel nesse desenvolvimento, na política financeira e na política industrial", diz Sugisaki.

Os japoneses acreditam que os organismos multilaterais poderiam incenti-

var países em desenvolvimento na promoção do crescimento industrial, dando ajuda diretamente aos governos. O risco de uma política desse tipo, dizem eles, resume-se à possibilidade de que os recursos caiam em mãos erradas, mas, do ponto de vista econômico, nada a opor.

Os teóricos japoneses que impulsionam essas idéias não vêem problemas na presença do Estado na economia, fornecendo impulso a atividades industriais essenciais com empréstimos subsidiados. Pelo contrário, eles afirmam que tirar o Estado da cena econômica, principalmente nos países em desenvolvimento, é uma medida errada.

As teses japonesas estão sendo pouco veiculadas pela grande imprensa. Há notas perdidas entre a massa de notícias das páginas econômicas dos jornais. Mas o fato de a diretoria do Banco Mundial ter aceito a proposta de estudo formulada pelos japoneses indica um bom caminho.

Para nós, o significado é ainda maior. Mesmo rechaçado pela esmagadora maioria de nossos economistas, a paralisia das forças de oposição no Brasil tem permitido avanço do programa neoliberal que o governo Collor quer implantar no país. Uma voz discordante dos planos de ajuste do FMI entre os países desenvolvidos amplia sobremaneira a crítica formulada entre os pensadores latino-americanos.

Liberalismo Econômico

Debate "Origem da Crítica ao Liberalismo Econômico" resgata história para explicar retomada de suas teses a partir de 60

Para marcar a passagem do bicentenário da principal obra de Alexander Hamilton, "Relatório sobre as Manufaturas", e o sesquicentenário da publicação do "Sistema Nacional de Economia Política", de Friedrich List, o Corecon e o Clube de Engenharia promoveram um debate sobre A Origem da Crítica ao Liberalismo Econômico.



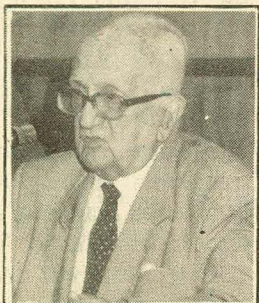
Foram convidados para traçar um painel sobre esses dois séculos de história do pensamento econômico o professor Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e um dos mais ferrenhos defensores da causa nacionalista no país, o jornalista mexicano Lorenzo Carrasco, correspondente da revista Executive Intelligence Review, e o presidente do Corecon, professor Carlos Lessa.

toda a América Latina, a pretexto de "ingressar na modernidade", ajustam os países à nova ordem econômica mundial sob o comando norte-americano. Isso tem significado, para essa parte do continente, devastação dos parques industriais, desnacionalização das economias, desemprego e crescimento da miséria.

(A seguir um resumo das exposições)

Barbosa Lima Sobrinho

"Sempre fui um liberal na causa política. Em economia, não. Defendo o protecionismo."



Lorenzo Carrasco

"Saída para a América Latina requer capacidade soberana de emitir crédito."



Carlos Lessa

"Não há mais o apelo popular na tese nacionalista. É necessário ligá-la aos temas sociais."



Defendo meu país

Imperialismo é nacionalismo dos poderosos

"Na matéria política, sempre defendi o liberalismo. Mas na matéria econômica, não é a mesma coisa. Cada nação deve ter o dever de, dentro de suas fronteiras, procurar soluções que possam proporcionar ao seu povo as melhores condições de vida. Quando me dizem que essa é uma solução estreita, anacrônica, respondo que, em todo o mundo, o que prepondera é o nacionalismo. Ele é o instrumento de legítima defesa das nações. E afirmo que o imperialismo é o nacionalismo das nações poderosas.

Alexander Hamilton defendeu sistematicamente as idéias protecionistas. O protecionismo norte-americano eu classifico de 'protecionismo de nascença'. Esse protecionismo até hoje se manifesta em todas as atitudes norte-americanas. Hoje, por exemplo, os EUA taxam a madeira do Canadá, e criam dificuldades para que os carros produzidos por indústrias japonesas nesse país entrem no mercado norte-americano. O livre-cambismo é uma bravata de que se valem os países poderosos.

Vamos estender os olhos ao mundo e verificar quem é livre-cambista.

Além dos Estados Unidos, a Alemanha também é protecionista. A Inglaterra praticou o livre-cambismo por 60 anos, e que resultados obteve? Estimulou o protecionismo alemão, norte-americano e, hoje, basta comparar sua economia com a da Itália, que não tem cerimônia em manter suas autarquias, ao lado da prosperidade.

Durante toda minha vida, tenho me mantido na defesa das soluções que convêm ao Brasil. Quando eu era deputado federal, fui designado para relator do projeto de criação da autarquia destinada a supervisionar as companhias de seguros. Pude então ver como as companhias de seguro estrangeiras vinham sendo enormemente favorecidas, às custas da economia brasileira. À frente do governo de Pernambuco, na época da criação da Petrobrás, não pude defendê-la abertamente, mas liberei dois secretários — entre eles Miguel Arraes — para fazer comícios em praças públicas do Recife.

Hoje estou à frente do Modecon, uma entidade criada em defesa do patrimônio do povo brasileiro, para levar avante a campanha nacionalista contra as privatizações."

"A Inglaterra foi livre-cambista por 60 anos. Que resultados teve? Basta ver sua economia hoje."

Hamilton e List: esquecidos

Ressurgem como modernas as velhas teorias do "Laissez-Faire"

"Embora não esteja aparente para todos, a bancarrota do marxismo como utopia coletivista vem ocorrendo juntamente com a derrocada do sistema econômico neoliberal, como podemos perceber na grave depressão em que mergulham as economias norte-americana e britânica. Livres do maniqueísmo marxista-liberal, podemos agora resgatar a atualidade e o valor das doutrinas do nacionalismo econômico de Alexander Hamilton e Friedrich List.

Hamilton pregava o fomento à indústria nacional pela adoção de um sistema protecionista contra o sistema de livre-câmbio inglês, rejeitando frontalmente a crença manipulada de que os Estados Unidos teriam, devido ao seu imenso território, uma vocação eminentemente agrícola — aliás, o mesmo discurso das oligarquias brasileiras até há não muito tempo. Um dos argumentos mais fortes para incentivar as indústrias, nas próprias palavras de Hamilton, é que 'também cremos poder mostrar que a conveniência de tal fomento é recomendada pelos mais fortes e convincentes motivos de segurança nacional'.

Esta linha doutrinária de pensamento econômico nacional, continuada no século passado nos trabalhos de Matthew Carey e seu filho Henry Carey, foi batizada como o 'Sistema Americano de Economia' pelo economista Friedrich List, o mais radical oponente das teorias cosmopolistas do 'laissez-faire' e do 'laissez-passer', que eram eficientemente propagandeadas pelas oligarquias imperiais inglesas. O seu livro, 'Sistema de Economia Nacional', é o mais devastador ataque contra o sistema colonial inglês, ao demonstrar que o que pregavam seus propagandistas não correspondia às práticas responsáveis pelo desenvolvimento econômico e industrial da própria Inglaterra, a partir do século 18, iniciado com as famosas Leis de Navegação.

A partir da segunda metade do século passado, sob a gestão do ministro da Fazenda Alves Branco, o Brasil começou a praticar políticas protecionistas da indústria nacional, claramente influenciadas pelo sucesso obtido pelos Estados Unidos. As propostas de Alves Branco não sobreviveram institucionalmente após sua gestão, principalmente por pressões inglesas. O debate em torno do protecionismo ressurgiu com a crise econômica de 1874-1875, resultante exatamente da aplicação das políticas liberais promovidas pelos ingleses e defendidas pelas oligarquias rurais brasileiras, que dominavam o Parlamento. Na Sociedade Auxiliadora da In-

dústria Nacional, Paula Freitas colocava mais uma vez os Estados Unidos como exemplo a se seguir.

Em 1878, no auge do debate, os industrialistas brasileiros fizeram publicar uma coleção das Cartas ao London Times, escritas pelo economista Henry Carey, defendendo o sistema protecionista para as nações emergentes. Esse conjunto de idéias teve continuidade em 1881, no 'Manifesto da Associação Industrial'.

Faço uma deferência especial a Ruy Barbosa que, como primeiro ministro da Fazenda da República brasileira, baseou sua política econômica no 'gênio de Hamilton', a quem se refere em seu 'Relatório do Ministro da Fazenda', de 1891.

Assim como pouco se ouve falar de Hamilton, Carey e List nas principais universidades e instituições econômicas do mundo, pode constatar que bem poucos brasileiros — entre os quais o professor Barbosa — têm conhecimento das fontes doutrinárias do nacionalismo econômico no Brasil, elaboradas, entre outros, pelos luminares que citei.

Hoje, mais de 100 anos depois de fundada a República brasileira, ressurgem como 'modernas' as velhas teorias do 'laissez-faire'. Este 'modernismo' vem planteando como solução miraculosa a total renúncia do Estado de sua capacidade soberana

de emissão de crédito, chegando ao absurdo de propor a independência do Banco Central, a exemplo do Federal Reserve nos EUA.

Talvez aí resida uma das mais profundas raízes da atual crise econômica, não apenas no Brasil como em todas as repúblicas do continente. A solução para a crise passa pela recuperação da capacidade soberana de emissão de crédito nacional, vetando-se a geração de crédito primário pelos tradicionais e mal qualificados 'agentes econômicos'. Esse crédito primário deve ser preferencialmente orientado para a ampliação da infra-estrutura física da economia. Em segundo lugar, deve-se restituir ao país um rígido controle do câmbio, 'isolando' o país dos efeitos mais profundos da depressão econômica anglo-americana.

Seguramente, a adoção dessas e de outras idéias provenientes do Sistema de Economia Nacional constituiria uma verdadeira revolução, face aos rumos seguidos pela maioria dos países. Entretanto, muitas vezes — e o estamos presenciando na Venezuela —, apenas uma revolução total detém a capacidade de restabelecer a confiança dos governantes."

"Como ministro do 1º governo da República, Ruy Barbosa baseou seu trabalho em Hamilton."

Pensamento da Cepal foi vigoroso

"Recuperando a história, quase cinco séculos atrás, à época da constituição dos Estados Nacionais, verifica-se que a intervenção do estado na economia era prática geral, levada aos últimos detalhes. Essas práticas de intervenção e sua justificativa tornaram-se conhecidas na história do pensamento econômico como mercantilismo, a doutrina de consolidação das nações tais como as conhecemos hoje.

A ruptura com o mercantilismo se deu no processo que desemboca na 1ª Revolução Industrial. No campo das idéias, sua peça de resistência foi a economia política clássica inglesa, de Adam Smith e Ricardo. Aí surge pela primeira vez, formulada com ambição de teoria geral, a idéia de que era possível contrapor ao poder regulamentar do príncipe o império do mercado. Essa teoria serviu de doutrina à hegemonia inglesa, país onde começou a industrialização.

Na Alemanha, essa teoria deu origem à nacional-economia, onde List é um dos luminares. Na França de Napoleão III deu origem ao historicismo; nos Estados Unidos, com a tradição que começa em Hamilton e termina em Gailbraith originou a escola institucionalista. Essas escolas criticavam a pretensa teoria geral, afirmando que as leis econômicas eram necessariamente referenciadas a um lugar, num dado tempo histórico.

Mas, à medida em que os países se industrializavam, as doutrinas históricas particulares perdiam sua vigência, e eles adotavam a teoria geral dos mercados. A doutrina do líder, eu diria.

Na época da 2ª Revolução Industrial — último quartel do século passado — despontam os Estados Unidos, e sua hegemonia irá minar progressivamente o padrão-ouro e as regras de comércio mundial estabelecidas sob hegemonia inglesa. Esse processo se completa após a 1ª Guerra Mundial.

Mas só depois da 2ª G.M. o mundo se ordena a partir da hegemonia dos EUA e do padrão-dólar. No plano das idéias, surge o neoclassicismo, afirmando que não há um problema com o todo, mas sim com as partes e, garantidas as boas regras de funcionamento dos mercados, a economia

agregada encontrará seu melhor desempenho.

Isso se choca com a história. O mundo entra na década de 20 em euforia e a termina na grande depressão de 1929, que joga o neoclassicismo, mercados e a economia clássica inglesa, transformada em escola marginalista, na latrina.

Neste cenário aparece Keynes, que rasga parcial e conservadoramente o manual neoclássico. Ele recupera o Estado a nível do macro. O Estado é requisitado para ser ator permanente na cena econômica: se a economia vai para a frente, ele se retrai; se vai para trás, o Estado avança. Keynes dá início à social-democracia com os

de nacional-desenvolvimento, muito próximo da nacional-economia alemã e do historicismo francês.

Em síntese, a Cepal concluía que a especialização da periferia no fornecimento de alimentos e matérias-primas, dada a competição interperiférica, resultaria em ganhos cada vez menores. Sugeria, então, a industrialização com coordenação de esforços, planejamento, pois o mundo já estava fortemente industrializado. Para transformar a estrutura produtiva é necessária a presença do Estado, que tem que ser desenvolvimentista, articulando decisões. O pensamento latino-americano foi extremamente vigoroso, ponta

essa massa de dólares, com depósitos fora do país não regulados pelo banco central nacional dos EUA.

Houve um período com imensa oferta de fundos a taxas de juros muito baixas e vários países, inclusive o Brasil, embarcaram nessa. Constituiu-se então uma circulação financeira monetária e creditícia não regulada por nenhum banco central. Os Estados Nacionais perderam a capacidade de controlar o dinheiro, que se descolou da esfera produtiva. A especulação passou a ser a marca da circulação desses capitais, aliada à velocidade de informação. Isso desregulou, em primeiro lugar, a própria economia norte-americana.

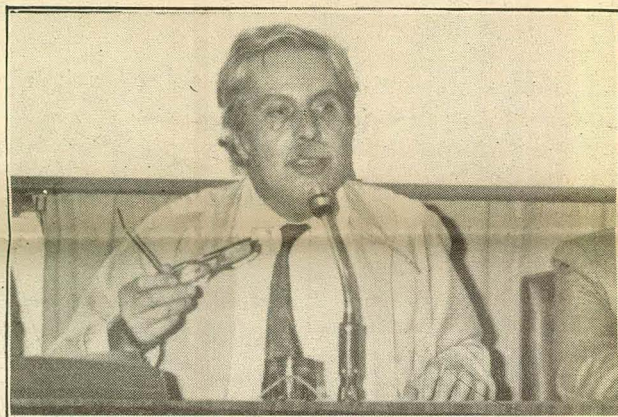
Para exercer sua função de banca do dólar, os Estados Unidos começam a dismantlar a potência de sua indústria. Exatamente o que aconteceu com a Inglaterra no fim do século 19. Agora, Japão e Alemanha mostram que têm imensa capacidade de desenvolver as forças produtivas, maior que a economia norte-americana. Porém a hegemonia política dos EUA nunca foi tão incontestada.

Essa esfera transnacional dismantla os Estados Nacionais enquanto reguladores. É por causa disso que o neoclassicismo

ressurge, apesar do infantilismo de seus argumentos. Mas o ponto central é que a questão social não se internacionaliza. Há cada vez mais barreiras aos deslocamentos de população, e um exemplo dramático é a imagem dos italianos barrando a pauladas a entrada de albaneses em seu território. Liberais, mas nem tanto...

No passado, nosso nacionalismo foi o sonho da industrialização. Hoje isso é obsoleto. De 30 para cá houve desenvolvimento, mas o canibalismo social cresceu de forma assustadora. Aqui não houve a construção da social-democracia.

O velho discurso nacional não tem mais apelo social. É preciso ligá-lo à questão social. Nosso problema intelectual e político é definir projetos e programas para o Estado, que levem ao desenvolvimento das forças produtivas na direção da justiça social, para não cair na vertente autoritária."



"Liberalismo foi palavra oficial e conquistou parte das elites nos anos 70 e 80. A nova revolução evidencia a internacionalização dos bancos"

sistemas compensadores.

Para a periferia mundial, o deslocamento da hegemonia da Inglaterra para os EUA não mais garante vantagens no comércio internacional com a especialização. Sob hegemonia inglesa, as elites locais podiam crescer, voltadas à exportação. Mas na 2ª Revolução Industrial, a prosperidade dos Estados Unidos não implica mais, necessariamente, prosperidade da periferia. O padrão de organização agora é outro.

No período do entre-guerras não houve regulação econômica mundial, e muitos países, como o Brasil, aproveitaram para colocar a industrialização como objetivo. As idéias de Keynes chegam à América Latina e sofrem uma transmutação pelo gênio de um grupo de economistas chamados 'economistas da Cepal', a Comissão Econômica para a América Latina, da qual Celso Furtado é o brasileiro conspícuo, e se formula o que posteriormente se chamou

mundial nessa discussão no século 20, e não pretendeu construir uma teoria geral.

E por que o liberalismo voltou a surgir a partir dos anos 60 e, nos anos 70 e 80, virou praticamente palavra oficial e conquistou parcelas das elites brasileiras? A nova revolução, presidida pela instabilidade do padrão-dólar, evidencia dois fenômenos importantes: o surgimento das empresas transnacionais e a internacionalização dos bancos. O primeiro é facilmente verificável, e, quanto ao segundo, é preciso fazer alguns comentários.

A hegemonia norte-americana foi econômica, política e militar, com uma conta muito alta. Os déficits colossais no balanço de pagamento norte-americano começaram nos anos 60 e foram se agigantando. Mas os EUA detinham o direito de emitir o dinheiro internacional. Com isso, massas cada vez maiores de dólares passaram a existir fora de sua econo-

Governo deve fazer reforma gerencial já

Corecon — O ajuste fiscal está indo pelo ralo? A recessão está pegando firme as receitas, não?

Sulamis — Eu acho que tem prevalecido, aqui no Brasil, uma visão equivocada. Reforma tributária, ajuste fiscal e necessidade de financiamento do setor público e da economia não são a mesma coisa. Há várias maneiras de se fazer um ajuste fiscal, não necessariamente enfrentando a questão de uma reforma tributária do ponto de vista estrutural. O que se tem feito são truques de curto prazo, casuísmos sobre a tentativa de se aumentar a receita tributária. Do meu ponto de vista, fazer isso num momento recessivo é errado. Aumentar uma alíquota, descobrir uma nova base de tributação, significa apenas que se criou uma virtualidade, um potencial a ser tributado, que só se concretiza quando essa base de tributação efetivamente existir.

Corecon — O que nós temos, então?

Sulamis — Recessão combinada com inflação e com uma crescente desobediência civil na tributação, reforçada por um desencontro entre o Executivo e o Judiciário. Isso dá descontinuidade e falta de lógica aos movimentos de recomposição da carga tributária. A oportunidade para se fazer uma verdadeira reforma tributária não é a recessão; tem que haver um pacto entre os agentes econômicos e sociais. Mas só se faz pacto a partir de margens de ganho, e não em momento de perda. E temos ainda a desindexação, que impede a penalização para os atrasos. Um exemplo dessa situação é o Finsocial. O fato de a Justiça estar dando ganho de causa às empresas, entendendo que o Finsocial foi substituído pelo PIS-Pasep, bloqueia uma via pela qual o governo vinha se defendendo: o aumento das contribuições sociais somam hoje 8% do PIB. É mais que a receita total do ICMS, e provavel-

mente está encostando na receita tributária da União, se não for maior.

Corecon — A Constituição de 1988 inovou pouco em relação à anterior. Mas na questão da seguridade social ela foi fortemente inovadora, e apenas operou um certo ajuste na distribuição dos tributos. Antes desse sistema estar completamente implementado, já é proposta sua transformação. Você pode traçar para nós o caminho desde a Constituição de 88 até agora?

Sulamis — O Brasil tinha uma carga tributária média, entre 1970 e 1973, que chegava a quase 27% do PIB. Essa carga era igual à espanhola e à italiana, no mesmo período. Falo de carga tributária bruta, e de tributos mais contribuições sociais. Hoje a Itália tem uma carga tributária que representa 38% do PIB e a Espanha também está muito além do Brasil. Nós tivemos um retrocesso, principalmente nos anos 80, quando a carga tributária caiu a 21% em 1984, se recuperou, junto com a economia, e chegou a encostar nos 25% em 1986. Depois apresentou novo decréscimo. Mas eu diria que a primeira observação importante é que a reforma tributária de 1988 não enfrentou a questão da recuperação da carga tributária. O Brasil tem uma carga virtual que se situa em torno de 27%, pelas minhas contas. Teríamos que ter, hoje, uma carga tributária mais alta do que a histórica, se pensarmos não apenas nas necessidades de financiamentos,



O país ainda está à espera de uma reforma tributária que possa não apenas resolver problemas de caixa imediatos do governo, mas que permita recompor a carga tributária gerando recursos necessários ao financiamento do desenvolvimento. Mas, segundo a professora Sulamis Dain, especialista em tributação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma reforma tributária estrutural não deve se processar na recessão. "Os agentes econômicos e sociais fazem pactos sobre ganhos marginais e não de perda". Com o atual quadro tributário do país, sustenta ela, é possível operar ajustes que garantam o aumento da receita. Esta seria uma boa hora para o governo promover uma reforma gerencial, reequipando a administração tributária, fazendo batimentos de cadastros, recadastrando contribuintes. "De casuísmo tributário em casuísmo tributário não vamos a lugar nenhum". Propondo ainda uma revisão dos conceitos em matéria de tributação, com uma nova abordagem das pequenas e médias empresas e da tributação indireta, diante do crescimento da economia informal, a professora Sulamis Dain concedeu ao CORECON a seguinte entrevista.

"Recuperação da carga tributária é fundamental para financiar crescimento da economia"

da infra-estrutura, mas também que a política de desenvolvimento científico e tecnológico e os setores de ponta devem contar com algum tipo de apoio do governo pela via tributária, pela via do crédito. A necessidade de financiamento da economia ancorada na carga tributária é mais alta que essa carga, e não conseguimos sequer recuperá-la. Isso não é matéria constitucional, mas nada foi feito no sentido de explorar novas fontes tributárias, a não ser na área da seguridade social.

Corecon — Então, de alguma forma, se configura um aumento da carga tributária.

Sulamis — Sim, mas se você levar em conta que os tributos propriamente ditos estão caindo, em termos de participação na carga tributária, pode-se interpretar o crescimento das contribuições sociais apenas como compensação, e não criação de maior carga. O único novo imposto criado foi sobre grandes fortunas. Nas contribuições sociais, há a contribuição sobre o lucro das empresas, o resto é reaproveitamento de bases pré-existentes, com aumento de alíquotas. A reforma tributária, na verdade, foi uma discussão da redistribuição de competência tributária entre a União, os estados e municípios, e de competência de gastos. Entre as várias soluções possíveis apresentadas ao debate constituinte, as adotadas foram as mais tradicionais.

Corecon — Em que pé está a discussão na comissão que trata da

"Crise, inflação e desencontro do Executivo e Judiciário prejudicam a arrecadação tributária."

regulamentação da reforma tributária?

Sulamis — Tenho ouvido várias propostas. Tem a do imposto único que, apesar de facilmente refutável do ponto de vista técnico, vem ganhando adeptos. Recentemente, os comerciantes de Belo Horizonte, com apoio da população, fizeram uma manifestação a seu favor, fechando as lojas por uma hora. Tem também a proposta do Simonsen, de simplificação do sistema tributário, e de especialização de cada nível de governo em um único imposto. O governo federal ficaria com o Imposto de Renda, com os impostos do comércio exterior,

os governos estaduais com o imposto sobre o valor adicionado, e os municípios ficariam com os impostos sobre patrimônio. Essas são as linhas gerais da proposta do Simonsen, que também tem muitos adeptos. É atraente pela aparente simplicidade. Curiosamente se omite nessa discussão o rumo das contribuições sociais. No silêncio, pode-se concluir que haveria uma reforma da Previdência, privatizando-se uma grande parte dela. O benefício de valor único seria financiado por recursos tributários. Há também algumas versões aproximadas a essa idéia do Simonsen, como a extinção do IPI e a inclusão de toda a tributação sobre valor adicionado nos governos estaduais, deixando os impostos sobre bebidas, fumo e automóveis com o governo federal. Mas há ainda a idéia de se acabar com a tributação sobre faturamento e trazer tudo isso para a base do valor adicionado. Vamos discutir.

Toda a simplificação tem impacto setorial diferenciado. A idéia seria reequacionar a questão do financiamento do setor público, pensando junto tributação e contribuições sociais, ignoradas por esse debate. O grupo do deputado Antonio Brito está produzindo um documento interessante sobre o tema, do qual eu discordo na questão do financiamento, e inteiramente dissociado da questão tributária.

Os defensores do imposto único dizem que, com base em dados da própria Febraban, é possível substituir uma carga tributária que está em torno de 24% do PIB — dados do ano passado — por um imposto único, cobrado entre transações bancárias nas duas pontas, com alíquota de 1% na entrada e 1% na saída. Segundo eles, dada a massa de transações bancárias, seria possível substituir toda a tributação. Mas os dados que eu tenho sobre essa massa permitem o seguinte raciocínio: para se fazer uma carga tributária de 24% do PIB com uma alíquota de 2%, teria-se que ter um volume de transações financeiras que fosse 12 vezes o PIB. Na verdade, o dado mais próximo da realidade indica que esse volume chega a, no máximo, cinco vezes o PIB. Alíquotas maiores seriam inviáveis. O Simonsen tem razão quando diz que esse impos-

to gera desintermediação financeira.

Corecon — Ou aparição de transações em dólar...

Sulamis — E ainda há outros problemas, como seu efeito sobre os preços, sobre as transações de comércio internacional — fugiríamos do padrão internacional —, repartição entre os níveis de governo. Sem contar que dá um poder de centralização ao governo federal absoluto e total.

Corecon — E ao sistema bancário também.

Sulamis — Pois é. Quanto à proposta de especialização, em primeiro lugar ela representaria uma perda substantiva de receitas do governo federal, sobretudo na área da seguridade social, caso o governo federal ficasse com o IR, os estados com o valor adicionado e os municípios com os tributos sobre patrimônio. O efeito setorial da simplificação não é linear. Quem paga muito, hoje, sobre a base faturamento? O setor financeiro. Qual o conceito de valor adicionado para os sistemas bancário e financeiro? Não tem. Então, se toda a atual carga tributária dos impostos sobre faturamento for jogada para dentro da tributação sobre o valor adicionado, haveria uma redistribuição setorial da carga em que o sistema financeiro ficaria extremamente aliviado, e recairia com muita força sobre o setor industrial, se usamos o conceito de valor adicionado como o conhecemos. Ora, essa proposta de simplificação, como se vê, não é absolutamente neutra do ponto de vista setorial, atende a vários interesses dos setores bancário e financeiro. E também é de difícil implementação política, pela partilha dos tributos entre os níveis de governo. Não sou contra a simplificação, acho necessário ter dois impostos sobre faturamento, mas é preciso ter claro suas implicações.

Corecon — Se a recessão não é o momento para se fazer uma reforma tributária, como o governo pode se virar para resolver seus problemas de caixa?

Sulamis — A meu ver, este é o momento de se fazer uma reforma gerencial. A administração tributária foi sucateada, a Receita Federal inexistente. O número de fiscais federais é menor que o número de fiscais do ICMS em São Paulo. A partir daquela nefasta reforma administrativa, desmoralizou-se o funcionário público e não se fez nada. Não se investiu num sistema inteligente de batimento de informações, a fiscalização é manual, facilmente corruptível. Não se fez um recadastramento dos contribuintes, não se tem troca dos cadastros existentes, que poderiam servir de prótese para índices de evasão tributária. Ou seja, há várias coisas que podem resultar em cobrança efetiva de impostos. Vai-se de casuísmo tributário em casuísmo tributário, o ajuste é sempre con-

"Imposto único dá poder de centralização muito grande ao Governo Federal e aos bancos"

juntural. Mas há outra questão importante a se enfrentar: assim como o mundo desenvolvido, vamos ter que rever os paradigmas em matéria de tributação. O crescimento da economia informal — temos somente 50% dos trabalhadores com carteira assinada — nos obriga a rever a questão dos impostos indiretos. A tributação indireta não é injusta, hoje, como pensavam os economistas progressistas há algum tempo. Ela não seria necessariamente regressiva se fosse introduzida a seletividade em termos de alíquota. E também é preciso rever o tratamento diferenciado dado a pequenas e médias empresas, onde há um grande dinamismo tributário. Em suma, nosso sistema peca pela falta de engenhosidade, de nexos, pela falta de um controle de fiscalização inteligente que a informática permite sem maiores dificuldades. Eu diria, ainda, que também é fundamental um mínimo de sintonia entre o Executivo e o Judiciário. A grande reforma tributária ainda está para ser feita. Há espaço para a simplificação, para a revisão de competências de tributos e gastos, mas a recessão não é o momento certo para se operar isso. Vamos trabalhar com o quadro que já existe e aperfeiçoá-lo. O que temos é a reforma do truque: não repassa recursos de contribuições sociais, esteriliza, faz superávit primário, recentraliza pelas contribuições sociais e, com isso, desvirtua o sistema ideal de gastos para os quais esses financiamentos haviam sido previsto, o que é um outro problema.

"Simplificação contempla interesses setoriais e é de difícil implementação política"

Um novo modelo: solução para a crise do setor elétrico?

Sidney Pascoutto

P principal responsável pelo suprimento da energia total consumida no país, o setor de energia elétrica atravessa uma crise econômico-financeira, que tem servido frequentemente como argumento para propostas de reformulação do modelo institucional que o rege.

Os problemas do setor tiveram início quando a área econômica do governo federal — a partir de 1978 — passou a fixar tarifas que não asseguravam sequer a remuneração mínima legal às empresas concessionárias. Ou seja, quando a tarifa pública de energia elétrica passou a ser mais um instrumento de combate à inflação, não guardando o compromisso com a estabilidade financeira das empresas e com a prestação dos serviços em nível adequado pelos concessionários. Tal fato foi ainda agravado pela utilização do setor elétrico — graças à eficiência e à saúde financeira das suas empresas — como captador de recursos externos, para auxiliar o fechamento do balanço de pagamentos do país. Esse procedimento foi acompanhado de um lado por uma constante violação do planejamento onde o autoritarismo do governo federal, em sintonia com os estaduais, impunha mudanças nos cronogramas e viabilização de obras consideradas tecnicamente inviáveis — além de uma criminosa reapresentação de projetos para captação de recursos para obras, que já tinham projetos de financiamentos aprovados e com recursos liberados.

Como consequência, essa crise gerou uma cadeia de inadimplência, onde as empresas estaduais (responsáveis pela distribuição) recebem do consumidor pela energia fornecida, mas não honram seus compromissos com as federais (empresas de geração), que por sua vez não pagam as faturas devidas à Itaipu Binacional, que não paga o seu serviço da dívida junto à Eletrobrás, que por seu turno não paga a conta de combustíveis junto à Petrobrás e o serviço da dívida junto ao Tesouro Nacional. A União, por sua vez, não cumpre a legislação que determina o reembolso da parcela do custo de geração nuclear excendente ao das outras fontes. Além disso, não estabelece uma política tarifária realista, transparente para a sociedade, que explicita todos os mecanismos de transferências de recursos intra-setorial — como os eventuais subsídios a determinados grupos empresariais — e que assegure a saúde econômico-financeira das empresas, nas diferentes regiões do país.

Temos ainda nesta ciranda diversos empreiteiros, fornecedores e consultores, credores de faturas vencidas, fato que, entretanto, não pode legitimar o sobrepreço que costumam imputar aos seus serviços, em uma economia reconhecidamente cartelizada.

A este quadro, acrescenta-se a dificuldade do Setor em se relacionar com os diversos segmentos sociais e econômicos que, democraticamente, o pressionam

em razão dos efeitos ambientais produzidos por suas instalações (reservatórios, linhas de transmissão, etc) e para que as barragens do setor elétrico contemplem outros usos importantes da água.

Complementando este painel de problemas, procedeu-se nos últimos meses uma "Reforma Administrativa" que, como aconteceu nos demais setores do aparelho de Estado brasileiro, destrói a capacidade de planejamento, face a um alarmante esvaziamento no contingente técnico das empresas. Esse esvaziamento decorre da aposentadoria incentivada do pessoal mais experiente, dos baixos salários hoje praticados e da própria política de redução dos quadros de empregados definida pelo Governo Federal. O governo, no entanto, não teve preocupação com a necessária renovação de pessoal e continuidade dos trabalhos.

A superação dessas dificuldades é, sem dúvida, uma necessidade imperiosa. Em contrapartida, a reformulação radical de um setor que mostrou capacidade de instalar quase 50 milhões de quilowatts, em cerca de 30 anos, é uma operação, no mínimo, de alto risco — especialmente em um momento de grande instabilidade político-econômica do país.

Uma vez que as dificuldades apontadas são exógenas ao modelo atual, é absurdo tentar superá-las através de novos modelos institucionais.

Ao contrário de um novo mo-

delo, precisa-se na verdade, sob o ponto de vista técnico, da definição de uma política tarifária transparente para a sociedade, que permita o restabelecimento do fluxo financeiro dentro do setor. É necessário, ainda, resgatar o papel fundamental da equalização tarifária na atenuação das gritantes diferenças regionais do país; e alongar o perfil da dívida externa para a recuperação da saúde econômico-financeira e do planejamento das empresas a médio e longo prazos. Do ponto de vista político, é preciso romper com a apropriação privada do Estado brasileiro, fazendo com que sejam levadas em conta as carências fundamentais da sociedade brasileira, onde os excluídos superam em muito os que se encontram integrados à economia de mercado. Dentro desse quadro, é necessário pensar nas questões da interiorização do desenvolvimento e da diminuição das desigualdades regionais.

Para uma percentagem enorme da população brasileira (cerca de 30%), a luz ainda não chegou, apesar de se constituir no vetor mais decisivo para a qualidade de vida das pessoas no século XX.

Ao contrário de um novo modelo para o setor elétrico, a sociedade precisa de um modelo de desenvolvimento, que distribua a renda e faça de cada indivíduo um cidadão.

Conselheiro efetivo do CORECON RJ, diretor da AEEL e SINDECON-RJ

Anuncie no Informe CORECON

O "Informe CORECON" é lido por mais de 16.000 profissionais de economia, dotados, por definição, de apurado senso crítico e, portanto, capazes de bem avaliar os produtos e serviços que são oferecidos. O "Informe CORECON" funciona como uma eficiente mala direta, dirigida a um mercado de significativo poder de compra. Experimente valorizar o seu produto ou serviço nas páginas do "Informe CORECON" — um jornal de circulação dirigida e com informações de interesse geral. O Conselho Regional de Economia valoriza o seu público.

DADOS TÉCNICOS

Largura das colunas:	
1 coluna	5,9 cm
2 colunas	12,5 cm
3 colunas	19,0 cm
4 colunas	25,6 cm

TABELA DE PREÇOS

1 página	900.000,00
1/2 página	450.000,00
1/4 página	225.000,00
cm/coluna	9.000,00

ÁREA ÚTIL:

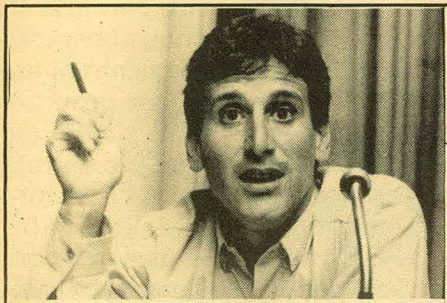
1 página	31 cm x 25,6 cm
1/2 página	15,5 cm x 25,6 cm
Material para Publicidade:	fotolito ou arte-final
Impressão:	Off-set — 2 cores

LIGUE: (021) 224-0578 ramal B-3/4 — Fax: 221-0958

FECHAMENTO PUBLICITÁRIO

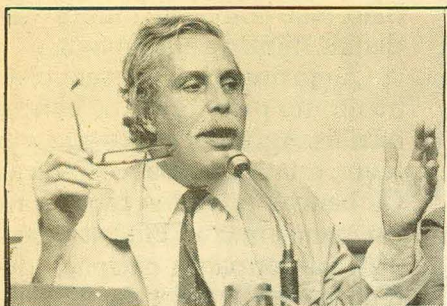
Autorizações, reservas de espaço e entrega do fotolito ou arte-final: dia 15 de cada mês. Cancelamento de reserva: Por escrito, com 72 horas de antecedência. OBS.: Os custos de confecção de fotolitos e arte-final correrão por conta do anunciante.

Reforma do sistema financeiro



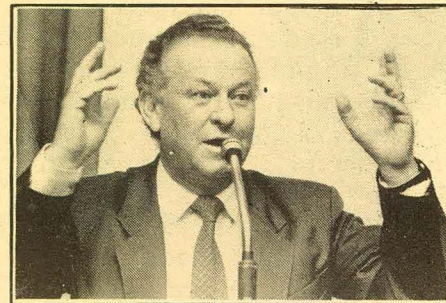
"Projeto amplia participação de bancos estrangeiros"

Menezes



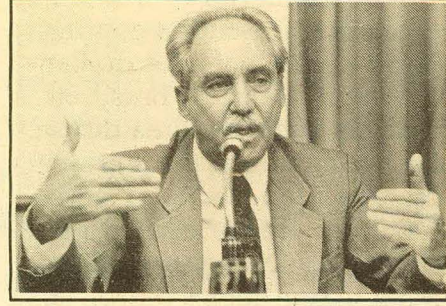
"Bancos privados não financiaram o crescimento do país"

Lessa



"Sistema financeiro precisa estimular o desenvolvimento"

Klein



"Japão e Alemanha têm presença forte dos bancos oficiais"

Mandarin

A importância estratégica da reforma do sistema bancário é inequívoca, uma vez que ela pode operar arranjos que signifiquem o desmantelamento das instituições oficiais que servem de instrumento ao Estado para implementação de suas políticas. Mas a aridez do tema tem contribuído para que o grande público, o homem comum, que será diretamente afetado por suas conseqüências — embora não visualize isso em seu cotidiano — fique longe do debate.

Na tentativa de suprir a lacuna provocada pela falta de cobertura dos meios de comunicação sobre a discussão da reforma bancária, o Corecon e o Clube de Engenharia promoveram um debate, no dia 27 de abril, com os deputados federais Odacir Klein (PMDB-SC) e Paulo Mandarino (PDC-GO), o economista Aldo Luiz Menezes, do COFECON, e o professor Carlos Lessa. César Medeiros, do Banco do Brasil, não pôde comparecer em função de problemas pessoais de última hora, e o deputado federal César Maia (PMDB-RJ), autor do projeto de lei sobre a reforma bancária, embora insistentemente convidado e tendo confirmado presença até o dia do debate, não compareceu sem dar justificativa.

A seguir, um resumo dos principais trechos das intervenções.

Estado deve coordenar

Aldo Luiz Menezes

Eu divido a discussão em três tópicos para melhor enfrentá-la.

Em primeiro lugar, precisamos identificar que tipo de sistema financeiro é melhor para o país; em segundo lugar, analisar a proposição de independência do Banco Central e, por fim, avaliar a participação do capital estrangeiro no país.

Eu acredito que o país precisa de um sistema financeiro ativo, diferente do proposto no projeto de lei, de orientação liberal. Precisa ser o canalizador da poupança para o investimento, no sentido keynesiano da palavra. Necessita da ação do Estado, mas não de forma protencionista, e sim como coordenador, como no Japão, que indica as diretrizes, políticas e faz o balizamento entre os setores públicos e privado.

Para isso, as instituições de crédito oficiais são fundamentais, e o projeto caminha no sentido oposto.

Já a questão da independência do Banco Central me parece mais política do que técnica. Ele é órgão de execução, não de deliberação. O projeto quer lhe conferir poderes que ele não deve ter. O projeto estabelece, por exemplo, uma amarração indevida quando menciona que o resultado do BC pertence ao Tesouro — como é atualmente. Indevida porque estabelece essa relação, mas com redução da dívida do Tesouro com o BC. Ora, é o Congresso que deve decidir questões desse tipo. Além disso,

propõe a devolução para as instituições originárias dos títulos da dívida externa.

Qual o objetivo? Fazer uma limpeza de patrimônio para privatizar o BC?

Quanto aos bancos estrangeiros, é proposta uma abertura maior do que a verificada hoje. A Constituição diz que a lei complementar deve atender aos interesses nacionais e à reciprocidade. O projeto amplia possibilidades de atuação no Brasil dos bancos estrangeiros, o que não ocorre com os bancos brasileiros no exterior. Ou seja, não há reciprocidade.

Quanto aos interesses nacionais, eles se constituem num instrumento de salvaguarda. Os bancos estrangeiros não aportam recursos. Em geral, os trazem imobilizados, operam com capital de terceiros e remetem o lucro ao exterior. É preciso controle. A participação desses bancos em nosso sistema financeiro é maior do que parece. Trinta por cento do total dos ativos do sistema financeiro pertencem a bancos que têm até 25% de participação estrangeira.

Outros tópicos do projeto merecem reflexão. É o caso da criação de um centro financeiro *off-shore* no Rio. Não é ruim, a cidade tem características apropriadas para alojá-lo, mas não com isenção tributária total para as transações. Principalmente se levarmos em conta o crescimento do crime organizado, esse centro pode virar um pesadelo de lavagem do dinheiro sujo."

Desmonte é orientado

Carlos Lessa

O cenário internacional em que se insere esse projeto de reforma do sistema bancário no Brasil é o de globalização financeira, fenômeno que se iniciou no pós-guerra e hoje produz resultados como o seguinte: no ano passado, as transações financeiras no sistema bancário internacional foram 20 vezes maiores que as transações de comércio exterior.

Quando se observa a estrutura produtiva da sociedade brasileira e seu afastamento da estrutura produtiva dos países do 1º Mundo, nota-se que a base produtiva da nossa economia é muito próxima à deles. A diferença abismal reside exatamente no sistema financeiro. Nossos bancos privados são pigmeus em relação às nossas grandes empresas industriais. Elas figuram, seguramente, entre as 50 maiores do mundo. Nossos bancos, medidos pelo poder de empréstimo, não aparecem nem entre os 100 maiores.

Não são bancos para a 8ª economia industrial do mundo. Numa economia cujo crescimento se fez acompanhar, sempre, pela inflação, os bancos competem pelo "float", pelo dinheiro em trânsito. A função nobre de gerar crédito para o setor produtivo, cumprida pelos bancos no 1º Mundo, eles nunca cumpriram. Cumpriram, sim, as instituições oficiais, como o Banco do Brasil, na década de 30 até a de 50, e, depois disso, junto com a CEF, Banco do Nordeste, o então BNDE, etc... Há estudos demonstrando que a taxas de inflação menores que 20% ao ano, os

bancos privados brasileiros quebram.

Até onde consigo perceber, esse projeto de lei quer justamente incentivar essas criaturas viciadas de nossa história econômica. E viciadas pela ambição econômica, o que levará qualquer banco estrangeiro que aqui se instale a agir da mesma forma.

Muitos brasileiros estão insatisfeitos com o Estado, mas se é possível reorientá-lo a partir de uma mudança na correlação de forças, não nos interessa seu desmantelamento. Um Banco Central ligado ao Executivo levanta problemas de suspeição, mas, independente, poderá se descolar das políticas centrais do Estado.

Busca-se emascular e atrofiar o Estado brasileiro hoje, quando se caminha penosamente para a democratização. Quando o país era autoritário, não se questionava a presença do Estado como regulador. Na verdade, a grande questão é que, nas articulações essenciais ao sistema capitalista, que são as operações de crédito, a história do nosso desenvolvimento econômico está rigorosamente associada à capacidade do setor público de atuar dentro da economia. Hoje, vende-se a idéia de que tudo que emana do Estado é ruim, e tudo que vem do setor privado é bom. Nossa história mostra exatamente o contrário. Acredito que haja uma orientação internacional para que se processe esse desmantelamento. Estamos vendendo nosso direito de herança por um prato de lentilhas. Vazio."

Força aos bancos oficiais

Odacir Klein

"Antes de mais nada gostaria de assinalar que hoje, quem não defende o neoliberalismo, a economia globalizada, a ausência do Estado na economia, é tido por muitos como conservador, em contraposição aos defensores da pretensa 'modernidade'.

Considero importante falar algumas coisas a respeito dos projetos sobre o sistema financeiro. Tenho sido citado como subscritores de um dos projetos. Eu o subscrevi, assim como o Paulo Mandarino. Foi uma proposição discutida com técnicos e representantes do Banco Central, Banco do Brasil, etc., e surgiu como legítima defesa. Havia uma agressão e era necessária uma reação. A agressão era o projeto assinado por Francisco Dornelles e César Maia — que depois retirou sua assinatura — e que, pelo fato de estar vinculado a grandes nomes da área econômica, poderia ter tramitação de urgência urgentíssima. Poderiam aprovar um projeto que não atenderia aos interesses nacionais.

O sistema financeiro estatal precisa ser estimulado no sentido do desenvolvimento nacional. O projeto tem defeitos, mas era preciso lutar por um sistema financeiro não apenas voltado para a política monetária, mas orientado ao crédito.

O desenvolvimento não ocorreu e não vai ocorrer através dos bancos estrangeiros. Eles não trazem recursos, como dizem os defensores de uma presença ainda maior deles. Eles trazem instalações, captam recursos e os emprestam não aos pequenos produtores rurais, às pequenas e médias empresas. Também não será somente através dos bancos privados nacionais que se resolverá o problema do crédito ao desenvolvimento. É preciso fortalecer as instituições financeiras públicas.

O Brasil tem desigualdades regionais, precisa dar apoio ao pequeno produtor ru-

ral, às pequenas e médias empresas. Que banco estrangeiro ou privado estaria disposto a conceder crédito a eles, sem reciprocidade? A defesa da presença do Estado na economia, não só como planejador mas inclusive como empresário em determinados setores, não é de caráter ideológico, nem é uma postura neoconservadora. É estratégica.

É preciso que haja uma política monetária amplamente discutida e submetida ao Congresso Nacional, implementada por um Banco Central devidamente fiscalizado que, além de suas funções de autoridade monetária, regulamente as funções dos bancos estrangeiros, dos bancos privados, do cooperativismo de crédito — que precisa ser fortalecido —, e dos bancos oficiais, regionais e dos estados.

Uma fonte recentemente me garantiu que o interesse internacional recai, neste momento, com mais força, sobre a política de marcas e patentes industriais, e modernização da economia com o fim de determinados monopólios. O governo, segundo esses interesses internacionais, esperaria a revisão constitucional em 1993, para rever o dispositivo que prevê a fixação da taxa de juros em 12% ao ano, em termos reais, revogando-o ou modificando-o."

BC: independência não

Paulo Mandarino

"Como disse o Odacir, era preciso contrapor alguma coisa ao projeto de lei do Dornelles e do Maia, que levava o número 47 entre os 17 projetos de lei que tramitavam no Congresso sobre o sistema financeiro. E eu tenho divergências sérias com aquele projeto, a começar pelo fato de que não podemos aceitar modelos padronizados para economias diferenciadas. Fica a pergunta: quem vai estimular, no Brasil, a interiorização do desenvolvimento, a expansão da fronteira agrícola, a valorização do micro e pequeno empresários, numa economia em que essas características são fundamentais? Como iremos consolidar o capitalismo sem essas prerrogativas? É preciso romper com o domínio dos monopólios, oligopólios e cartéis.

Nisso reside boa parte da crise brasileira, que já dura duas décadas. Nos Estados Unidos há 14 mil bancos. No Brasil, há 30 anos, tínhamos cerca de 400 bancos. Hoje, com todos os bancos múltiplos que foram criados, temos 200. Oito bancos privados detêm cerca de 80% do mercado de transações financeiras privadas no país. Outros exemplos de modernidade, palavra hoje de largo emprego, são Japão e Alemanha, cujas operações financeiras praticadas por instituições oficiais chegam a 30% no primeiro e a 50% no segundo. Isso explica o fato desses dois países terem saído destruídos da 2ª Guerra Mundial e suas economias hoje serem altamente competitivas.

A rede privada bancária do Brasil ajudou, enfim, a buscar recursos para o orçamento monetário do Tesouro, que provocou a brutal rolagem da dívida que temos atualmente. E boa parte de sua captação veio de tributos e contribuições sociais, como o FGTS, do qual se usou os recursos, por 20 anos, para aplicação em títulos do Tesouro, por 42 dias mais os 30 dias que os empresários tinham para recolhê-los após a competência. Até contribuição para paróquias dos bairros eles recolhiam. Foi um filão. Não houve, no mundo ocidental, mina de ouro maior.

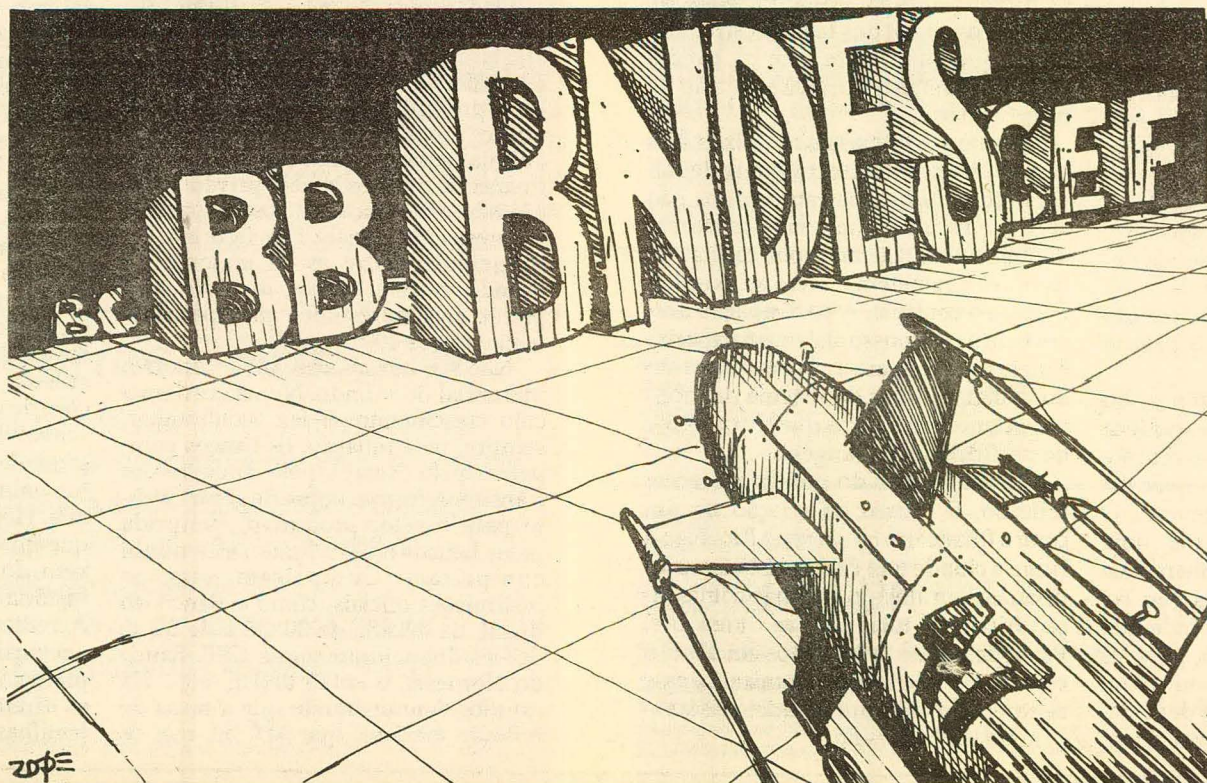
Quem financiou o desenvolvimento no país foram os bancos oficiais. Agora eu quero que, por favor, estatizem o Banco Central. Os bancos privados captam na poupança, mas a CEF, que detém 38% da poupança nacional, detém, em contrapartida, 90% do financiamento habitacional. Como prescindir das instituições financeiras oficiais? Os bancos estrangeiros usam a poupança nacional para financiar empresas multinacionais. Isso é velho.

Um projeto de lei complementar para regulamentar o sistema financeiro precisa ir ao âmago dessas questões. E o que eu vejo no projeto do César Maia é, de um lado, a preocupação de excluir as instituições financeiras oficiais e, de outro, dar independência ao Banco Central, argumentando que os países que têm BC independente também têm inflação baixa. Ora, eles também têm temperaturas baixas.

Qual é a relação? Japão e Alemanha não têm BC independentes, e o Federal Reserve, até onde eu sei, não é tão independente assim.

A concretização da democracia no Brasil passa necessariamente pelo fortalecimento dos três poderes. Vamos então criar mais um poder independente, o Banco Central, se, historicamente, não temos os três poderes fortes e independentes?

Não se deve criar entraves à ação das instituições privadas, mas a lei regulamentadora deve deixar muito claro o papel do BNDES, da CEF, do BB, dos bancos regionais e estaduais."



Geopolítica da Transição Energética

Claudio A. G. Egler *

Qual a ligação entre a Guerra do Golfo, o "derrumbe" da União Soviética e as pressões internacionais sobre a Amazônia? Uma resposta imediata vem da constatação do poderio do império norte-americano no final do século XX, que é capaz de colocar tropas e equipamento bélico em qualquer parte do planeta, levar a guerra às estrelas e impor-se como o "global cop" da natureza ameaçada.

Entretanto, uma constatação não é uma res-

Do ponto de vista da base técnica, os EUA e a URSS foram os países que levaram mais adiante os paradigmas da Segunda Revolução Industrial, principalmente no que diz respeito à conformação de sua matriz energética, fundada na geração de energia elétrica em grandes plantas, e na exploração maciça do petróleo, como principal combustível fóssil para a indústria, os transportes e o uso residencial. Os números são evidentes: em meados da década de 80, os EUA e a URSS geravam 4.185 milhões de toneladas métricas equivalentes de carvão, que representavam cerca da metade da energia elétrica produzida no mundo, e retiravam do subsolo

1.085 milhões de toneladas de petróleo, isto é, um pouco mais de um terço da produção mundial de 2.918 milhões de toneladas. Não é difícil perceber que este desenho da matriz energética repousa sobre uma formidável base de recursos naturais, que permitiu a estes países internalizarem praticamente todos os impulsos a montante do vigoroso crescimento industrial que atravessaram neste século.

Esta matriz energética está adequada para a base técnica que se delinea para o próximo século? Aparentemente a resposta é não, por vários aspectos. Primeiro a eficiência do processo de conversão das diversas fontes de energia primária em eletricidade e

posta. Ela não nos diz porque, nem como estes acontecimentos são logicamente conexos, nem muito menos quais os seus prováveis desdobramentos futuros. Mais do que isto, mesmo considerando o poder militar do império como um dos principais fatores de sua hegemonia, sua logística depende do funcionamento da economia norte-americana, cujo desempenho está dando sinais evidentes de esgotamento.

energia mecânica deixa muito a desejar, e sua dependência a um leque limitado de recursos naturais desigualmente distribuídos enseja conflitos geopolíticos pelo seu controle. Segundo, porque a flexibilização e o fracionamento do processo produtivo exige maior autonomia espacial e, conseqüentemente, novas redes de geração e distribuição com elevada confiabilidade e

baixas perdas. Por fim, devido ao volume de energéticos requeridos, a baixa eficiência do processo de conversão e distribuição, a configuração atual da matriz energética é altamente danosa ao meio ambiente, tanto no que diz respeito à poluição nas áreas de extração e geração, como também na emissão de calor e gases de estufa, que estão alternando as condições climáticas em níveis globais.

S/SOFF

Serviços de Mala Direta Ltda.

Utilize nossos serviços
Manuseamos e Expedimos:
— Revistas
— Boletins
— Informativos Periódicos
— Carnês
— Anu Jades
— Guias de Contribuição Sindical

Confie em nosso trabalho
Uma empresa conceituada no
mercado pela sua pontualidade e
honradez.

Fale diretamente com Humberto
Machado, pelo telefone — 263-7570
Rua do Propósito, 27 — Saúde — RJ

Amazônia: filtro biológico da atmosfera?

É nesse contexto que podemos precisar o caráter da atual transição energética. É prematura a utilização generalizada do rótulo de Terceira Revolução Industrial para enfeixar as mudanças em curso no padrão de acumulação das economias capitalistas avançadas, pela simples razão de que não se completou a construção da base técnica adequada à sua reprodução sustentada. Isto é particularmente crítico no que diz respeito à definição da futura matriz energética, que atualmente ainda responde ao desenho imposto pela Segunda Revolução Industrial. Mais do que isto, o ritmo e a velocidade das mudanças na configuração desta matriz passaram a constituir um dos elementos-chave da definição daquilo que se convencionou chamar de "Nova Ordem Mundial" e, portanto, foco de conflitos geopolíticos em escala planetária.

A energia nuclear, que se apresentava no imediato pós-guerra como a grande alternativa energética para o mundo, foi profundamente marcada por suas vinculações militares e pela Guerra Fria. Ironicamente, foram os russos que construíram a primeira central a fissão nuclear do mundo, ao mesmo tempo em que os norte-americanos lançavam seu submarino a propulsão atômica em 1954. Embora tenham ficado famosos pelo acidente nuclear em Chernobyl, apenas 12% da energia elétrica gerada na antiga URSS provinham de fonte termonuclear, enquanto na França esta proporção é de 75%, na Alemanha de cerca de 33%, no Japão de 27% e nos EUA de 20%. Os problemas da fissão nuclear são bem conhecidos e suas limitações também. Justamente no intuito de superá-los, os soviéticos se lançaram, desde o início da década

de 60, em pesquisas visando a atingir a fusão nuclear controlada, que usa isótopos pesados de hidrogênio — abundante na geosfera — como fonte de energia. A máquina "tokamak", abreviatura em russo de "câmara magnética toroidal", constitui o caminho considerado internacionalmente mais promissor de acesso à fusão nuclear controlada e à energia praticamente inesgotável do plasma.

A distribuição espacial dos grandes "tokamaks" do mundo, em construção ou em operação, não deixa muita dúvida sobre quem está nessa "corrida energética". Dois estão nos EUA, um na Antiga URSS, um no Japão, um na França e o maior deles, o JET (Joint European Torus), na Inglaterra, construído através da cooperação europeia (EURATON). Envolvendo bilhões de dólares de investimento e milhares de cientistas, estas grandes máquinas exigem um esforço de coordenação e pesquisa que extrapolam os limites privados — e mesmo na-

cionais — e inserem-se na zona de fronteira científica-tecnológica, onde os mecanismos do mercado como alocadores de recursos são obviamente ineficientes. Neste campo, a "debacle" soviética tem efeitos irreversíveis e seu espólio está sendo avidamente disputado pelos concorrentes, onde a Comunidade Européia — particularmente a Alemanha — leva uma certa vantagem inicial, justamente pela sua posição geopolítica no Leste Europeu.

O ritmo da transição energética não depende apenas da fronteira científica, mas também da desagregação dos domínios tecnológicos consolidados. No caso em questão, o nó górdio está no petróleo como estruturante da matriz energética. Neste campo, a posição do governo Bush, — "a former Texas oilman", conforme a imprensa norte-

americana — é crucial e suas decisões podem acelerar ou retardar a velocidade da transição. E não resta muita dúvida que tem prevalecido a concepção de prorrogar o máximo possível as vantagens atuais. E um dos campos onde se pode notar nitidamente esta postura é quanto à questão ecológica, em especial no que diz respeito às emissões de CO₂ e às mudanças climáticas.

É clara a postura norte-americana de "um peso, duas medidas" no que tange a uma proposta global de tratamento do problema. Está inaugurada a "era da diplomacia do gás carbônico", onde de um lado estão as nações industrializadas, cuja emissão per capita é bastante elevada devido à estrutura de sua matriz energética e, de outro, os países em desenvolvimento cujas alternativas de crescimento econômico — dado o leque de tecnologias disponíveis a baixo custo — inevitavelmente levarão ao crescimento das emissões de CO₂ e calor na atmosfera. É nesta "diplomacia", que o governo Bush expõe claramente suas posições. Primeiro ao não aceitar qualquer restrição internacional às emissões norte-americanas de gases de estufa, segundo porque defende o aumento da construção de termelétricas a combustíveis fósseis — como instrumento de restrição do acesso ao ciclo nuclear pelos países em desenvolvimento —, e, terceiro, porque elegeu a Amazônia como o filtro biológico da atmosfera.

É neste sentido que a questão ecológica se apresenta como uma contradição diante da transição da matriz energética. Dois cenários são possíveis de serem construídos no momento, com distintas implicações para o Brasil. O primeiro, que aparentemente é a posição defendida pelo governo republicano dos EUA, vai procurar "atrasar" esta transição defendendo as posições

conquistadas "manu militari" no mercado mundial de energéticos e das tecnologias de sua produção e distribuição. Isto inclui não apenas o petróleo, mas também o acesso ao ciclo do átomo, enquanto via técnica para a fusão nuclear. O Brasil inclui-se neste cenário como instrumento imprescindível de manutenção da "pax americana" e as pressões sobre os destinos da Amazônia são as mesmas que se farão presentes sobre qualquer programa nuclear autônomo, ou sobre qualquer tecnologia alternativa que se afaste do padrão energético definido na Segunda Revolução Industrial.

O segundo cenário vai depender do comportamento geopolítico das demais nações industrializadas, principalmente do Japão e da Alemanha, por dois motivos elementares. De um lado, foram os países que mais avançaram no processo de reestruturação industrial e portanto estão se defrontando diretamente com os problemas de adequação da base técnica à matriz energética. De outro, devido às restrições impostas no pós-guerra ao desenvolvimento nuclear autônomo, estes países transformaram-se em grandes compradores de tecnologia atômicas e podem tentar "encurtar" a via de acesso a elas, através de maciços investimentos em pesquisas sobre a fusão nuclear controlada, seja como instrumento de afirmação nacional, seja para a conquista de relativa autonomia energética. Neste caso, o Brasil

também tem um papel importante a desempenhar. No estágio atual das pesquisas sobre a fusão nuclear, os materiais super-condutores são imprescindíveis na construção dos grandes magnetos necessários aos "tokamaks". Dentre eles destacam-se as ligas de nióbio, metal do qual o Brasil dispõe de cerca de 90% das reservas mundiais hoje conhecidas.

"Europa disputa espólio da ex-URSS na pesquisa dos 'tokamak'. Projeto envolve cifras altíssimas e milhares de cientistas."

"Postura dos EUA tem um peso e duas medidas. Vivemos a era da diplomacia do gás carbônico, em que governo Bush impõe regras."

I N F O R M E
CORECON

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86

